



TERMO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº. 131/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2017

O Município de Monte Carmelo, através do Pregoeiro Iscleris Wagner Gonçalves Machado, nomeado pela Portaria nº 9001 de 15 de janeiro de 2019, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, resolve REVOGAR o presente feito, que tem por objeto *“à Aquisição de Câmaras de ar e Pneus novos (primeira vida), devidamente certificados pelo INMETRO, para equiparem os veículos da Frota da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, com reserva de Itens para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.”*

De início, ressalta-se que a revogação está fundamentada no art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

Ressalta-se que, após denuncia realizada a respeito do certame junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o processo se encontra suspenso por recomendação do Tribunal de Contas por longo período, ou seja, quase dois anos.

Acontece que, em vista de razões de interesse público, decorrente do fato de que fora verificado pelo Município, que não é mais possível aguardar qualquer decisão quanto a higidez e legalidade do **Processo Licitatório nº. 131/2017 – Pregão Presencial 084/2017**, constatou-se a necessidade de ser revogada a licitação, ao bem da administração, para que possa através de outro processo licitatório adquirir os bens (pneus e câmaras de ar), de modo a atender as necessidades dos veículos da administração, principalmente os veículos ligados à área da saúde (ambulâncias), assistência social (CRAS, Conselho Tutelar) e serviços urbanos (limpeza urbana, conservação urbana).



Conforme os apontamentos acima, em juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência da licitante em relação ao interesse público, é cabível a revogação do certame, conforme ensina Marçal Justen Filho¹, in verbis:

“A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse público. (...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior”.

Assim, verificado que o interesse público poderá ser satisfeito somente com a revogação da licitação, ante ao longo período em que se encontra suspenso o processo, pendente de decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, incumbe ao município, revogar a licitação, com o objetivo de buscar o melhor para o interesse público, diante do fato de ter sido constatado a necessidade de aquisição dos bens licitados, em virtude da manutenção da frota municipal.

Ante o exposto, atendendo parecer da procuradoria jurídica, revogo o **PROCESSO LICITATORIO Nº. 131/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2017**, determinando-se o cancelamento dos atos já praticados, comunicando-se os licitantes que retiraram o edital, bem como ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos autos do Processo nº1024377.

Monte Carmelo/MG, 23 de agosto de 2019.


Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo